

**ATA DA 223ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 05/04/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

8 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

9 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

10 Beatriz Minatto (MS)

11 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

12 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

13 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

14 Clécio Antônio Espezim (SES)

15 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

16 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

17 Eduardo Marques Maccário (SES)

18 Elsitá Chorztenberger Andrade (Organizações Religiosas)

19 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

20 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

21 Francieli dos Santos (FEHOESC)

22 Hortência Salet Muller Tierling (Conselho Reg. Área da Saúde)

23 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

24 Luiz de Bittencourte (Trabalhadores Urbanos)

25 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

26 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

27 Mario Bastos (SES/SC)

28 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (Conselho Reg. Área da Saúde)

29 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

30 Nereu Sandro Espezim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

31 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

32 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS/SC)

33 Vânio Cardoso Lisboa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

34 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

35 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

36 Helena Edília Lima Pires (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

37 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

38 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

39 A 223ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
40 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação do Presidente, Jorge
41 dos Passos Corrêa Cobra.

42 **APROVAÇÃO DA ATA**

43 *A Ata da sessão de março foi aprovada.*

44 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

45 Ofício Nº 0220/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
46 nº 16787;

47 Ofício Nº 0161/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
48 nº 16790;

49 Ofício Nº 0149/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
50 nº 16787;

51 Ofício Nº 0168/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
52 nº 16812;

53 C.I.Nº 130/2017/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de
54 fevereiro de 2017;

55 Ofício Nº 0174/2017/MS/SC, o qual encaminha cópias dos Relatórios Final e Complementar
56 de Verificação do TAS nº 391;

57 C.I.Nº 182/GESOS/SES/SC, a qual informa a ausência dos representantes do CES na reunião
58 da CAF do Hospital Materno Infantil Jeser amarante Faria.

59 **ITEM I – POSSE DA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CES/SC**

60 O Presidente do Conselho, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, agradeceu aos Conselheiros
61 pela colaboração nos dois anos na Presidência do CES e em, seguida, deu posse ao Vice-
62 Presidente Bernard Van Menne e a Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole, que passou
63 a presidir a sessão.

64 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim, representando o Secretário Estadual de Saúde,
65 cumprimentou os empossados e o Conselheiro Jorge dos Passos Correa Cobra, até então
66 Presidente do CES, por sua gestão. Lembrou do ano de 1993, no qual foi constituído o
67 Conselho, com apenas 20 conselheiros titulares, que em 1998 passou a ter 32 conselheiros
68 titulares. Enfatizou papel do Controle Social classificando como peça fundamental do SUS.
69 Por fim, desejou uma boa gestão na Presidência à Cléia Aparecida Clemente Giosole e
70 Bernard Van Menne.

71 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole agradeceu a confiança do Pleno e
72 disse que seu objetivo é fortalecer, perante a Gestão do Estado de Santa Catarina o verdadeiro
73 papel do CES.

74 **ITEM II – CONFERÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – Regimento**

75 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria, Superintendente de Vigilância em Saúde da
76 SES, falou que conforme acordado, a Comissão de Vigilância em Saúde se reuniu no mês de
77 março, quando foi elaborado uma minuta do Regimento da Conferência Estadual de Vigilância
78 em Saúde, que foi discutida em duas reuniões e encaminhada aos conselheiros para
79 apreciação.

80 A Presidente, Cléia aparecida Clemente Giosole, submeteu em votação a forma de
81 apresentação da minuta do Regimento e ficou deliberado que não precisava ler o documento.

82 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Faria disse que houve uma alteração na data do dia
83 02/05/17 para 15/05/17, no Art. 2, onde fala da etapa municipal. Solicitou que fossem
84 definidos os membros da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Vigilância em
85 Saúde, representantes do CES, sendo dois do segmento Usuários e dois do segmento
86 Profissionais de Saúde. Se colocaram à disposição os Conselheiros Clóvis Thadeu Rabello
87 Improta e Hortência Salet Muller Tierling representantes do segmento Profissionais de Saúde,
88 e as Conselheiras Clarinda da Luz Durigon e Maria Izabel Giroto, representantes do segmento
89 Usuários.

90 A Presidente, Cléia aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a aprovação dos
91 nomes, onde foram aprovados por todos.

92 Em seguida a Presidente submeteu à votação o Regimento Interno da Conferência
93 Estadual de Vigilância em Saúde, o qual foi aprovado Unanimemente.

94 **ITEM III – APRESENTAÇÃO DA FRENTE CATARINENSE DE DEFESA DA SAÚDE 95 CONTRA OS CURSOS EAD NA ÁREA DE FORMAÇÃO**

96 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes, representante da Frente
97 Catarinense de Defesa da Saúde, fez a apresentação sobre o tema.

98 A Conselheira Hortência Salet Muller Tierling, também representante da Frente
99 Catarinense de Defesa da Saúde, fez a leitura de uma minuta de Moção de Repúdio contra
100 cursos totalmente EAD para aprovação do Pleno e pediu que os Conselheiros presentes
101 assinassem o documento para posteriormente ser encaminhado à esfera judicial.

102 *Moção de repúdio nº xxx/2017 – contra a graduação 100% na modalidade à distância na*
103 *área da Saúde*

104

105 *O Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina vem se manifestar contrariamente à*
106 *implantação de cursos de graduação da área da saúde na modalidade 100% Ensino à*
107 *Distância (EaD), considerando que a natureza de tais cursos e profissões se baseiam na*
108 *relação interpessoal, na construção e manutenção de vínculos e no caráter prático e dinâmico*
109 *que só o ensino presencial pode oferecer.*

110 *O que, ao olhar desatento, pode parecer ampliação do acesso e flexibilidade à educação, na*
111 *realidade representa a precarização do ensino, em que a maior prejudicada é a população,*
112 *que acaba não recebendo o atendimento com qualidade e segurança a que tem direito.*

113 *Tal preocupação já foi manifestada por diversos Conselhos Profissionais de Saúde de Santa*
114 *Catarina, dentre eles, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Medicina Veterinária,*
115 *e pelo Sindicato dos Farmacêuticos. O Conselho Nacional de Saúde também já se posicionou,*
116 *com a publicação da Resolução nº 515/2016, destacando os prejuízos que tais cursos podem*
117 *oferecer à qualidade da formação de seus profissionais, bem como pelos riscos que estes*
118 *profissionais possam causar à sociedade, devido à formação inadequada e sem integração*
119 *entre ensino/serviço/extensão/pesquisa/comunidade, de forma imediata, a médio e a longo*
120 *prazo.*

121 *É preciso alertar os interessados nos cursos e a sociedade em geral sobre as*
122 *implicações do ensino a distância na área da Saúde. Nós, Conselheiros Estaduais de Saúde de*
123 *Santa Catarina, seguiremos articulados e atentos para uma educação em saúde que apreenda*
124 *os fundamentos da vida social, da profissão, da ética, das competências e habilidades que*
125 *garantam que a população seja atendida com segurança e qualidade.*

126 *O Conselheiro André Mendes Arent disse que ficou surpreso com a postura adotada,*
127 *agora, em relação à formação dos profissionais da área de saúde, já que quando trouxeram*
128 *intercambistas para trabalharem no Brasil como médico, não houve o mesmo*
129 *posicionamento. Acredita que haja dois pesos e duas medidas, e gostaria que fosse*
130 *considerado seu posicionamento nesta moção.*

131 *O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann questionou a quem será encaminhada a*
132 *moção proposta. Falou que existem cursos sérios e outros não e que é necessário fazer uma*
133 *seleção. Citou casos de que em um curso, 93% dos frequentadores têm como objetivo o*
134 *diploma apenas para progressão funcional, sem nenhuma preocupação com a qualidade.*
135 *Sugeriu que a moção seja encaminhada aos conselheiros para apreciação.*

136 *O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta relatou que o Conselho Regional de*
137 *Medicina Veterinária conseguiu barrar um curso de EAD em Lages e outro em São Bento do*
138 *Sul. Disse que todos os cursos de formação deveriam seguir o mesmo caminho do curso de*
139 *Direito e ter um exame de aptidão após a formação.*

140 *A Conselheira Sônia Teresinha Bodanese falou que, como enfermeira, teve que*
141 *frequentar cinco anos de curso para obter o diploma, que tem um posicionamento contrário aos*
142 *cursos de EAD na área da Saúde.*

143 *O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que existe pouco espaço dentro dos*
144 *hospitais públicos destinados à capacitação. Falou que é a favor da moção, e que constata na*
145 *prática a falta de conhecimento dos novos profissionais formados.*

146 *A Conselheira Hortência Salet Muller Tierling disse que foi entregue ao MEC um*
147 *estudo feito pelo Conselho Regional de Farmácia, no qual pede a alteração da carga horária do*
148 *curso para 5000 horas/aula e que o currículo seja atualizado. Falou sobre o Decreto*
149 *Presidencial que obriga os novos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia a passarem*
150 *pelo Conselho Nacional de Saúde para sua aprovação. E que o atual Presidente do CNS*
151 *solicitou que a abrangência desse Decreto fosse estendida para todos os cursos na área de*
152 *Saúde.*

153 *A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, propôs que a proposta de moção seja*
154 *encaminhada aos conselheiros, para apreciação e, na próxima sessão, seja pauta para votação.*
155 *E ainda, que passe pela Comissão Permanente de Princípios Éticos e Legislação do SUS do*
156 *CES. Todos concordaram com a proposição.*

157

158 **ITEM IV – APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º**
159 **QUADRIMESTRE DE 2016**

160 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, fez a apresentação, junto com Ademar,
161 Gerente Financeiro da SES.

162 A Presidente questionou porque o Estado recebeu 20 bilhões e trabalhou com 17
163 bilhões.

164 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, respondeu que os 17 bilhões é resultado
165 da soma da receita de impostos e receita de transferências menos as deduções e transferências
166 para os Municípios.

167 A Conselheira Maria Conceição dos Santos perguntou se os valores apresentados nas
168 ações, promoções e prevenções em saúde, na Atenção Básica, é unitário. E se a quantidade
169 aprovada é por região ou Município.

170 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, respondeu que não, e sim por grupos de
171 procedimentos executados pela Atenção Básica. E em relação a quantidade aprovada, é pelo
172 estado e algumas unidades que ainda estão dentro da gestão estadual.

173 A Conselheira Maria Conceição dos Santos disse que se preocupa com as obras
174 atrasadas no CEPOM, já que existe recurso previsto no orçamento, e perguntou quanto tempo
175 levará para isso se resolver.

176 O Gerente Financeiro da SES disse que esse questionamento deve ser encaminhado à
177 Gerência de Obras.

178 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes comentou que várias vezes
179 durante a apresentação foram citados os serviços que devem ser assumidos pelos Municípios.
180 E perguntou como os Municípios poderão assumir responsabilidades, sendo que os repasses
181 feito pela União e pelo estado chegam atrasados. E como o estado pode viabilizar isso em
182 relação aos seus próprios repasses.

183 O Gerente Financeiro da SES falou que no último mês de março foi concluído o
184 pagamento referente a dezembro do cofinanciamento. E disse que existe uma Medida
185 Provisória, que solicita que esse recurso seja administrado pelo Fundo Estadual de Saúde e não
186 demandado pela Secretaria Estadual de Fazenda.

187 A Conselheira Hortência Salet Muller Tierling relatou que, em relação a área de
188 Vigilância Sanitária, existe a falta de profissionais nas regionais de saúde, que geralmente
189 ainda têm que dar suporte técnico aos Municípios. E perguntou se existe, por parte da SES,
190 previsão para realização de concurso público destes profissionais, e algum planejamento de
191 reformulação do plano de cargo e salário para contemplar os profissionais que atuam com
192 dedicação exclusiva.

193 O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta endossou a fala da Conselheira
194 Hortência, e disse que a situação do médico veterinário dentro da SES é preocupante, onde há
195 somente 5 médicos veterinários, e ocorre desvio de função por outros profissionais.

196 A Presidente perguntou se os esclarecimentos foram suficientes, e se pode encaminhar
197 esse item para votação na próxima sessão, todos concordaram com a proposição.

198 **ITEM V – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2016;**

199 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação se era
200 necessário a apresentação do RAG, já que foi enviado aos conselheiros previamente, ou
201 apenas a discussão do instrumento. Todos concordaram em apenas apresentarem suas dúvidas
202 e colocações para esclarecimentos.

203 A Presidente perguntou o que será feito com os valores, apresentados no RAG, não
204 utilizados.

205 A Gerente de Planejamento, Nardele Junckes, respondeu que quando é feita a
206 Programação Anual de Saúde de 2016 não entra o valor de cada ação, ele entra na
207 Programação Anual de Saúde de 2017, e entra como estimativa, uma previsão. E no RAG, sai
208 nas primeiras páginas, onde constam as tabelas contábeis.

209 O Conselheiro Bernard Van Menne falou que existe uma dotação orçamentária em
210 cima do Plano de Saúde que estabeleceu um valor para cada ação. Perguntou se muita ação
211 não foi executada e qual o valor disso, já que foram discutidas, planejadas e orçadas.

212 A Gerente de Planejamento, respondeu que esses valores são apresentados
213 quadrimestralmente, por área, e que no RAG, vem apenas o resultado das metas alcançadas.
214 Em relação às metas, foram atingidos 70 % do planejado, apesar de todas as dificuldades
215 encontradas na Saúde.

216 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou que todos conselheiros deveriam ter
217 participado da Audiência Pública da Prestação de Contas da SES, por ser papel dos
218 conselheiros e por acreditar ser um dos assuntos mais importantes. Disse que considera a
219 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário uma das mais importante do CES.
220 Questionou se o montante anual de 2016 foi suficiente ou não para atender as demandas da
221 Saúde nos municípios, se trouxe resultados e disse achar muito pouco o valor orçado para
222 2017, que deve se lutar por mais investimento para Saúde.

223 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a proposta de,
224 caso haja mais alguma colocação, encaminhe à Secretaria Executiva, para ser apreciada pela
225 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, e na próxima sessão realizar a
226 votação do RAG. Todos concordaram com a proposta apresentada.

227 **ITEM VI – PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES**

228 A técnica da SES, Catarina, representando a Gerência de Atenção Básica, fez a
229 apresentação sobre o tema.

230 O Conselheiro André Mendes Arent acha importante o enfoque holístico dado pelas
231 Práticas Integrativas e Complementares na Saúde. Perguntou se a Portaria do Ministério da
232 Saúde, que fortalece essas práticas, veio com dotação orçamentária.

233 Catarina, técnica da SES, respondeu que a Portaria não veio com dotação orçamentária
234 e que não é obrigatória. Falou que o ganho se dá futuramente, que a Portaria é uma assistência
235 para os municípios saberem que existe a Prática.

236 A Conselheira Clarinda da Luz Durigon disse que a discussão do tema cresceu na
237 última Conferência Nacional de Saúde e que existe sim recurso do SUS para o pagamento de
238 profissionais. Segundo ela têm algumas Secretarias Municipais de Saúde que estão
239 terceirizando os serviços e que existe um ganho na qualidade de vida futuramente.

240 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes falou que quando se traz uma
241 nova portaria, uma nova tecnologia, é importante disponibilizar recursos, porém existe a
242 possibilidade de se fazer muito com pouco recurso. Citou o exemplo de Içara. Disse que é
243 possível criar alternativas de menor custo e trazer a comunidade para participar das ações.
244 Enfatizou que as PICs vêm para contribuir, complementar e não para substituir serviço algum.

245 A Conselheira Sônia Teresinha Bodanese falou que esse assunto foi discutido no
246 último Encontro de Secretarias Municipais de Saúde. Disse que acha interessante a visão
247 holística do ser humano e que o modelo atual de Saúde deixa a desejar. Acredita que uma
248 mudança nesse caminho seja interessante. Falou que, mesmo sem financiamento próprio, os
249 municípios vêm acreditando nas PICs.

250 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que na sua opinião as Práticas Integrativas
251 e Complementares é o SUS complementar, que quanto mais próximo da natureza, mais
252 econômico, menos gastos com a indústria farmacêutica. Falou que tudo que vem, sem utilizar
253 o capitalismo como primeiro recurso, é o caminho para renovar. Disse que algo que vem trazer
254 melhoria para o ser humano é importante, mas o recurso financeiro também é necessário. E
255 questionou se todo recurso destinado aos municípios é suficiente para atender as demandas do
256 usuário do SUS.

257 A Conselheira Elsitá Chorztenberger Andrade falou que no momento há o encontro de
258 duas ações, ação que a comunidade de Santa Catarina vem fazendo espontaneamente com
259 resultados imensos, através da CNBB, pela Pastoral da Saúde. Disse que se os Conselheiros
260 começarem a entender e levar para suas comunidades ela vibrará. Informou que solicitará à

261 SES, com autorização da Pastoral da Saúde, para fazer um trabalho junto à comunidade em
262 benefício do bem-estar e Saúde física, mental e espiritual.

263 **ITEM VII – INDICADORES DO PACTO INTERFEDERATIVO DE 2017;**

264 A Gerente de Planejamento, Nardele Junckes, fez a apresentação do tema.

265 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes disse que em Içara, no Conselho
266 Municipal de Saúde, quando foram apresentados os indicadores do Município, solicitaram que
267 fossem apresentados, em paralelo, os indicadores estaduais e nacionais, para ser feito um
268 comparativo. Solicitou que possa ser remetida posteriormente a apresentação com esses
269 indicadores.

270 Após a apresentação, o Pleno decidiu que o tema voltará ao Conselho para votação na
271 sessão de maio.

272 **RELATO DAS COMISSÕES**

273 A Conselheira Maria Izabel Giroto, Coordenadora da CIST Estadual, relatou que
274 houve a reunião da Cist Estadual no dia de hoje, pela manhã, na qual foram eleitas a
275 Coordenadora e Vice-coordenadora. Comunicou que o Conselheiro Luiz de Bittencourte
276 participará, nos dias 12 e 13 deste mês, em Brasília, do Encontro Nacional da Cist. Disse que a
277 Cist Estadual oficializará que cada grupo do CES tenha um de seus membros participando.
278 Informou que o plano de ação da Cist será apresentado ao CES e a Cist solicitará, através do
279 CES, o plano de trabalho do Cerest Estadual para 2017. Solicitou que a Cist Estadual conste na
280 página do CES.

281 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

282 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que alguns itens de pauta
283 foram definidos na sessão de março e outros foram deliberados nesta reunião, ficando os
284 seguintes itens de pauta para a reunião de maio:

285 Item 1 – Relatório Anual de Gestão de 2016 - votação;

286 Item 2 – Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2016 – votação;

287 Item 3 - Indicadores do Pacto Interfederativo de 2017 – votação

288 Item 4 – Moção de Repúdio apresentada pela Frente Catarinense de Defesa da Saúde contra
289 os cursos de EAD na área de formação – votação;

290 Item 5 – Situação dos medicamentos dispensados pelo Estado aos Municípios;

291 Item 6 – Leitos de hospitais próprios fechados e o número de servidores necessários para
292 reabri-los

293 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
294 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

295

Florianópolis, 5 de abril 2017.